



Estado do Piauí  
Palácio de Karnak  
Gabinete do Governador

MENSAGEM Nº 33 IGG

Teresina (PI), 05 de JUNHO de 2018.

A Sua Excelência, o Senhor  
**THEMÍSTOCLES DE SAMPAIO PEREIRA FILHO**  
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Piauí  
**NESTA CAPITAL**

**LIDO NO EXPEDIENTE**

Em, 05/06/2018

Excelentíssimo Senhor Presidente,

  
1º Secretário

Excelentíssimas Senhoras Deputadas e Senhores Deputados,


Comunico a Vossa Excelência que, nos termos do § 1º, do art. 78, da Constituição Estadual, decidi **VETAR TOTALMENTE**, o Projeto de Lei que "**Dispõe sobre o reajuste do vencimento dos trabalhadores em educação básica ocupantes de cargo efetivo do Estado do Piauí, e dá outras providências.**"

### RAZÕES DO VETO


O Projeto de Lei objetiva reajustar em até 6,81% (seis vírgula oitenta e um por cento) o vencimento dos profissionais do magistério público da educação básica do Estado, e também o vencimento do pessoal do apoio técnico e administrativo da educação básica do Piauí, em duas parcelas, sendo a primeira de até 3,15% (três vírgula quinze por cento) e a segunda de até 3,95% (três vírgula noventa e cinco por cento).

Ocorre que, em virtude do calendário eleitoral, é vedado fazer, na circunscrição do pleito, revisão geral da remuneração dos servidores públicos que exceda a recomposição da perda de seu poder aquisitivo ao longo do ano da eleição, a partir dos 180 dias que antecedem o pleito até a posse dos eleitos, consoante determinação do art. 7º, inciso VIII da Lei das Eleições (Lei nº 9.504/1997).

A proposição já se submeteu à deliberação colegiada do Órgão Legiferante, que aprovou o Projeto de Lei que autoriza o reajuste. Todavia, diferentemente das deliberações colegiadas do Poder Legislativo, a sanção constitui ato singular do Chefe do Poder Executivo que aquiesce com o Projeto de Lei, o que poderia induzir a interpretação de haver incursão em conduta vedada, visto que o percentual do reajuste ultrapassa o índice oficial divulgado pelo IBGE de 2,95% (dois vírgula noventa e cinco por cento) da inflação anual.



Órgão	AL
Número	AL 17315/18
Data	05/06/2018
Assunto	Mensagem

05/06/18  
PARA LEITURA EM EXPEDIENTE  
  
Emanuelito de Oliveira Costa  
Secretário Geral da Mesa



*Estado do Piauí*  
*Palácio de Karnak*  
*Gabinete do Governador*

Há, portanto, razões de vinculadas à segurança jurídica que orientam ao veto total do Projeto de Lei, por mais justo que ele possa parecer.

A Constituição Estadual prevê o veto a Projetos de Lei nos seguintes termos:

"Art. 78. *omissis...*

"§ 1º O Governador, se considerar o projeto, no todo ou em parte, inconstitucional ou contrário ao interesse público, deverá vetá-lo total ou parcialmente, no prazo de quinze dias úteis, contados da data do recebimento e comunicará, dentro de quarenta e oito horas, ao Presidente da Assembleia Legislativa os motivos do veto.

§ 2º - *omissis...*"

Por todo o exposto, fundamentado no Princípio da Supremacia do Interesse Público, que a mim compete avaliar, resolvo **VETAR TOTALMENTE** o Projeto de Lei.

Estas, Senhor Presidente, são as razões que me levaram a **vetar** este Projeto de Lei, as quais submeto à elevada apreciação dos Senhores Membros dessa augusta Casa.

**JOSÉ WELLINGTON BARROSO DE ARAÚJO DIAS**  
Governador do Estado do Piauí